

OS LIMITES DO CAPITAL E CRISE AMBIENTAL EM KARL MARX

THE LIMITS OF CAPITAL AND ENVIRONMENTAL CRISIS IN KARL MARX

Wagner Giron de la Torre.

Defensor Público do Estado de São Paulo. Pós-graduado em Direitos Humanos e Acesso à Justiça pela FGV/SP. *Wtorre@defensoria.sp.def.br*

Resumo

1 O capitalismo, enquanto sistema em movimento e em expansão “infinita”, se sustenta pela exaustão dos recursos naturais necessários à produção em grande escala de mercadorias. A tudo transforma em mercadoria, inclusive os bens naturais, sem considerar, nas relações sociais extremamente humanas que desenvolve e consolida, os limites físicos do planeta, gerando a tragédia socioambiental exacerbada pelas contradições intrínsecas do próprio sistema. 2 A alienação produzida pelas inversões da realidade pelo capitalismo, afastando o homem dos produtos de sua força de trabalho, da sociedade e alienando-o do mundo natural. 3 A negação cultural e ideológica da crise socioambiental e dos limites do sistema de produção. 4 Conclusões.

Palavras chave: Direitos Humanos. Crise ambiental. Capitalismo. Marxismo.

Abstract:

Capitalism, as a system in motion and in infinite expansion, is sustained by the exhaustion of the natural resources necessary for the large-scale production of commodities. Everything transforms into commodities, including natural goods, without considering, in the extremely human societal relations that develops and consolidates, the physical limits of the planet, generating the socio-environmental tragedy exponentiated by the intrinsic contradictions of the system itself. 2 The alienation produced by the inversions of reality by capitalism, alienating man from the products of his labor force, from society and alienating him from the natural world. 3 The cultural and ideological denial of the socio-environmental crisis and the limits of the production system. 4 Conclusions.

Keywords: Human Rights. Environmental crisis. Capitalism. Marxism.

“A força do capitalismo reside no fato de projetar nas consciências uma imagem invertida de si, de modo que a desordem que produz surge como ordem natural das coisas.(...) Se não formos capazes de ser, como organização socioeconômica e política, mais do que esses padrões fizeram de nós, se o capitalismo for o melhor de que é capaz nossa sociedade global e, em última instância, nossa espécie (...) então merecemos o futuro sombrio, ou talvez o não futuro, a que estamos nos condenando”.

Luis Marques.

1 A gênese.

O capital, para Karl Marx, não é uma coisa ou uma instituição como governança, dinheiro ou simplesmente riqueza, e sim um processo em *movimento* (MARX, 2017, p 113; HARVEY, 2013, p 101), cuja lógica reside na produção de excedentes (mercadorias) para gerar o mais-valor de forma contínua e concentrada (MARX, 2017, p 231). A expansão do movimento do capital em busca desses excedentes para troca no mercado é destituída de limites, ou seja é “infinita”. Na ótica dos ideólogos do capital, não existe barreira para obstruir essa expansão do mercado de excedentes. Por isso, no conceito marxiano, o capital é inexoravelmente moldado por determinações próprias, como a força de sua concorrência interna, a tendência irrefreável à expansão e ao acúmulo de riquezas e a concentração do mais-valor, que conformam algumas das bases de suas sucessivas contradições e crises sistêmicas (MARX, 2017, p. 830).

Na longa história do desenvolvimento do gênero humano, temos, no capitalismo, o primeiro sistema societário, *fundado em um modelo econômico*, cujo escopo não é reproduzir as bases materiais de esteio da sociedade, senão *a si próprio* (MARQUES, 2016, p. 59). Por isso, o capitalismo é anárquico, irrefreável em suas tendências, abstrato em suas leis internas e distante da natureza. Seu escopo único: a expansão infinita do desenvolvimento do mercado de troca de mercadorias. (MARX, 2007, 38; 1998, p17; NETTO, 2012, p. 40).

Por óbvio, os conceitos marxianos não são estanques, mas abertos, e ganham tessitura na medida que vão cambiando as condições históricas, sociais e tecnológicas. Assim, na contemporaneidade, o conceito de mercadoria também se alterou. Não é mais preso, apenas, ao sistema de produção. Nos dias que correm, o mais-valor e sua concentração em uma casta cada vez mais ínfima da sociedade, não advêm, somente, dos meios de produção industrial, de serviços ou do comércio – tal qual a tradição histórica – mas de produtos artificiais, derivados do triunfo do sistema parasitário da financeirização do capital, medrado nas últimas quatro décadas de expansão neoliberal. Como bem destaca István Mészáros, o neoliberalismo fez do “dinheiro a força galvano-química universal da sociedade” (2016, p. 187).

A mercadoria – seja qual for sua configuração - seria a *célula mater* do sistema de produção. A sociedade, sob as regras capitalistas, seria uma enorme coleção de mercadorias (MARX, 2017), dentre as quais, talvez a mais determinante, seja a força de trabalho humano, cuja alienação “livre” em meio ao mercado, sustenta a produção do mais-valor (MARX, 2017, p. 245). A força de trabalho do homem é que realiza a mediação entre a satisfação das necessidades materiais e culturais da sociedade e a natureza, e, quando sequestrada como mercadoria pelo capital, viu sua capacidade produtiva ser exponenciada, seja pela força organizativa ou pela divisão social do trabalho dentro desse sistema, seja pelas inovações tecnológicas que foram introduzidas no processo de industrialização e que alavancaram a capacidade humana de intervir no mundo natural na busca insana da produção de excedentes (MARX, 2017, p 261).

Assim, como relação societária, o capitalismo é o mais avançado e abstrato modelo criado pelo homem para metabolizar, controlar e submeter as forças da natureza. Em suas relações entre homem e natureza, forjou-se outra categoria marxiana, a alienação, responsável pelo fetiche da mercadoria, que faz supor que ela, como mero valor de troca, seja vista como um ente encantado, místico, vindo dos céus e não fruto da força de trabalho humano em metabolismo com a natureza; além de determinar a construção de um mundo artificial, largamente apartado das dinâmicas naturais, urdido pelo homem dentro do capital, que expressa a mais completa tradução da essência da humanidade, que é o seu completo estranhamento com relação ao ser social, um distanciamento crescente de sua gênese, de sua espécie, e da própria natureza (MARX, 2017, p 255; MÉSZAROS, 2016, p 20; MARCUSE, 1969, p. 250).

Embora para Marx a força de trabalho seja um dos pontos fundamentais da teoria social que desenvolveu, ele reconheceu, explicitamente, “que é a natureza a fonte primordial de toda a riqueza”. (MARX, 2012, p. 23).

Todavia, o custo dos bens ambientais oriundos da dinâmica espontânea dos ciclos naturais não é levado em conta na lógica da economia capitalista. Se o fosse, os recursos naturais não poderiam ser transformados em commodities, pois a inserção dos custos naturais no processo de produção capitalista inviabilizaria a metamorfose da natureza em mercadoria.

Diante de todas essas determinações intrínsecas, o capitalismo é inexoravelmente predatório, e um de seus efeitos deletérios na natureza foi percebido por Marx no esgotamento da fertilidade do solo britânico desde o início do processo de industrialização no século XIX (MARX, 2017, p. 313). Essa primeira crise capitalista de esgotamento do solo, nos conta John Bellamy:

“(…)levou a um aumento fenomenal da demanda por fertilizantes. O primeiro barco carregado com guano peruano aportou em Liverpool em 1835; em 1841 foram importadas 1.700 toneladas, e, em 1847, 220 mil. Durante tal período, os agricultores reviraram os campos de batalha napoleônicos, como os de Waterloo e Austerlitz, numa busca desesperada por ossos para espalhar em suas áreas de cultivo”. (FOSTER, 2018, p. 30).

A crescente capacidade técnica de revolucionar o processo de produção serve como fator de agudização, alimentado por todas essas dinâmicas intrínsecas do capital, ao esgotamento da biosfera em escala planetária.

Temos, em todo o mundo, apenas 2,8% de água doce, dos quais, 69,7% estão confinados em geleiras, 30% nos aquíferos e apenas 0,3% nas águas superficiais. (BEAULANDE, 2018). Como pondera Maurício Waldman, a pegada ecológica da industrialização em meio aos recursos hídricos é ciclópica. Se fossem computados os impactos ambientais na produção de mercadorias, a civilização capitalista estaria inviabilizada:

“(…) a fabricação de cerveja consome de 4 a 7 litros de água para produzir 1 único litro da bebida; para a produção de 1 quilo de açúcar são necessários 100 litros de água; a fabricação

de papel e celulose é uma das mais impactantes. Um quilo de papel implica no desperdício de 250 litros de água. O alumínio, cada quilo consome 100.000 litros de água.

Na agroindústria os impactos ambientais se multiplicam: a produção de 1 quilo de arroz reclama o consumo de 1.910 litros de água; cada quilo de milho exaure 1.400 litros, o trigo 900 litros de água para cada quilo; na pecuária só os bovinos exigem o consumo de 53 litros diários de água ou, em âmbito matemático, 16.193 litros de água para cada quilo de carne bovina posta nas prateleiras. Para a carne de galináceos, essa soma de refração do sistema hídrico alcança o número de 3.500 litros de água por quilo industrializado” (2011, p. 115).

A gênese, portanto, do funcionamento do maquinário capitalista desvelada por Marx é fundamental para compreendermos os horizontes, bem como as causas, da enorme crise ambiental que vivenciamos, derivada do mundo humano engendrado por esse processo econômico em marcha constante, trilhado em caminhos próprios, totalmente desviantes da dimensão física do planeta.

Em obra de justo prestígio e aqui tantas vezes mencionada, averba Luis Marques que, “no capitalismo, ser é crescer. Ser e crescer são, no metabolismo celular desse sistema, uma única e mesma coisa. A locução ‘capitalismo sustentável’ exprime, portanto, num mundo de recursos naturais finitos, uma contradição nos termos”. (2016, p. 59).

2 A era do Plasticeno

O aumento da capacidade produtiva no sistema capitalista, seja pela divisão social do trabalho seja pela incorporação de inovações tecnológicas no processo produtor, alavancou a potencialidade humana de submeter ecossistemas e recursos naturais aos imperativos determinantes do modelo de produção. Num mundo criado pelo homem, e que aliena sua condição de elemento inserido na natureza, os ataques aos processos ecológicos fundamentais passaram a ser inteiramente aceitos como normais.

Tragédias socioambientais cotidianas como, exemplo, a extinção da fauna oceânica devido à incrementação do potencial predatório das grandes traineiras industriais de pesca, ou mesmo o cheiro de fezes e dejetos pútridos que domina a baía da Guanabara (NOGUEIRA, 2015) e os 93 metros cúbicos por segundo de esgoto que escoam pelos rios Pinheiros e Tietê, em São Paulo (MARQUES, 2016) já não comovem os agrupamentos humanos. Vivemos tranquilamente imersos nessas pestilências. No nosso mundo alienado, não existe expressão econômica nos serviços naturais (MARQUES, 2016, p 31). Inexistindo valor, inexistente relevância para as atenções humanas.

É atribuída à Leonardo da Vinci a advertência de que “sabemos mais sobre o movimento dos corpos celestes do que sobre o solo que pisamos”. Ignoramos por completo as circunstâncias da terra em que pisamos. Porém, é no solo que se produz a maior parte da reciclagem dos nutrientes e onde ocorrem com grandeza imensurada os processos naturais de sequestro de carbono na atmosfera. No “solo e nas

plantas há a maior fonte de biodiversidade genética e metabólica do planeta: cerca de 1 bilhão de células vivas para cada grama de solo”. (MARQUES, 2016, p 165).

A mediação humana ante a natureza, com toda essa carga tecnológica e metabólica, está levando, diante do avanço dos ciclos industriais dos monocultivos medrados da carga intensa de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, à extinção, em todo o Planeta, da fertilidade do solo e o aniquilamento da fauna como um todo, desde seres monocelulares até os insetos benéficos, responsáveis pela polinização das plantas. (SANTOS, 2018). A cada 24 horas, mais 219 mil seres humanos nascem e passam a intervir na luta pela sobrevivência nessa sociedade artificial que criamos. Todavia, a capacidade de produzir grãos e alimentos, em razão da exaustão da fertilidade dos solos agrícolas, tem declinado sensivelmente nas últimas décadas. O pico na produção de grãos alimentícios deu-se em 1984, quando o trabalho humano produziu 339 quilos de grãos per capita. Em 2004 declinou para menos de 304 quilos per capita, denotando as limitações físicas do Planeta em conseguir sustentar a fertilidade dos solos nesse contexto de irrefreadas agressões (MARQUES, 2016, p. 166).

No tocante aos fragmentos florestais, o desastre é ainda maior. A FAO estima a perda de 8 milhões de quilômetros quadrados de florestas em toda a história da evolução da espécie humana até 1.800. Somente entre 1800 a 2010, o orbe terrestre perdeu 10 milhões de quilômetros quadrados de florestas, ou seja, mais do que todos os milênios precedentes. (MARQUES, 2016, p.77). Ainda com suporte em Luis Marques:

“(…)Como estruturas comunitárias vivas, nas quais as árvores e outras plantas, animais, fungos e micro-organismos reproduzem e interagem em vários modos (competição, predação, mutualismo, comensalismo) as florestas são reconhecidamente cruciais para a preservação do solo, a regulação da água, os ciclos de nutrientes, o equilíbrio das trocas de gases na atmosfera e a estabilidade climática global. Sem florestas, as formas evoluídas de vida terrestre no planeta estariam condenadas à extinção”. (op. cit., p. 75)

Apenas em 2016, aproximadamente três quartos dos habitats naturais que abrigavam a metade da flora e fauna do mundo foram extintos. Cerca de 58 mil espécies são extintas todos os anos (MARQUES, 2016, p. 377).

Das substâncias excretadas pelo metabolismo da sociedade humana na natureza, o plástico, com certeza, de longe, é o que demarca maior território e finca estacas moldando os limites desta nossa era. A natureza não produz plásticos, mas fomos capazes de criar o sétimo e maior dos continentes, apenas com plásticos, localizado no norte do Pacífico, com área variando entre 600 mil quilômetros quadrados a duas vezes superior ao território dos EUA, alimentado com 5,2 trilhões de toneladas de plástico descartados nos oceanos (MARQUES, 2016, p. 203). Como 85% de todo o plástico produzido no capitalismo não é reciclado, grande parte dele chega até mesmo à Antártica (MARQUES, 2016, p.205), e se fragmenta nos intemperismos oceânicos, transformando-se em moléculas que são ingeridas pela fauna marinha. Por conta

disso, em novembro de 2018, 140 baleias foram encontradas mortas no Sul da Nova Zelândia, por terem ingerido esses fragmentos (BRASIL, 2018).

Só no Brasil descartamos mais de 2 milhões de toneladas ao ano após consumo. Apenas 17% são recicladas (MARQUES, 2016, p. 201). Substâncias como bisfenol-A ou BPA, bastante comum na produção de plástico, foram detectadas na urina de 93% das crianças pesquisadas nos EUA (MARQUES, 2016, p. 201), o que mostra que o plástico já invadiu até mesmo nossas células. Através de pesquisas independentes levadas a cabo nos países centrais do sistema capitalista, pesquisadores internacionais enunciaram, em 2006, esta advertência:

“(…)o BPA causa perturbação neurocomportamental, como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, além de afetar o sistema endócrino e reprodutor, dada sua capacidade de enganar os receptores dos estrógenos, mimetizando os hormônios que os ativam. Ele foi associado à redução da testosterona do feto, ao aumento da probabilidade de câncer no seio, na próstata e nos testículos, e à fertilidade futura de fetos cujas mães foram expostas à tais substâncias”. (MARQUES, 2016, p. 201).

Toda essa pressão nos ecossistemas estruturantes provocada pelo aumento da capacidade metabólica da sociedade em exaurir a natureza na busca insana por mercadorias, está nos levando a uma epidemia de cânceres e à proliferação da difusão de inúmeros vírus através, por exemplo, do aumento de vetores como o *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus* nas zonas urbanizadas por conta do processo de destruição dos habitats naturais (MARQUES, 2016, p. 399).

Nessa toada, fica mais clara a compreensão dos conceitos de Marx quando afirma, nos Manuscritos econômicos-filosóficos que: ”só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, *vem a existir a essência ontológica da paixão humana* (...)a ciência do homem é, portanto, propriamente um produto do autoestabelecimento humano mediante a atividade prática” (op. cit., 2004, p. 157). Mézaros aprofunda essas reflexões sobre a alienação inerente a mediação da capacidade de produção do homem com relação a natureza:

“(…)O homem não é só criador da indústria, mas o seu produto (...) E visto que a relação do homem com a natureza é mediada por uma forma alienada de atividade produtiva, a ‘natureza antropológica’ fora do ser humano carrega as marcas dessa alienação em uma forma que se expande permanentemente, demonstrada de maneira gráfica pela intensidade da poluição que ameaça a própria existência do gênero humano”. (2016, 0. 100).

3 A essência ontológica da paixão humana.

A ‘natureza antropológica’ que produz as determinações sociais regentes das relações que permeiam as ‘modernas’ sociedades de consumo em massa, aliena o homem do produto de sua força

de trabalho: a mercadoria, e, ao mesmo tempo e na mesma dimensão, transforma o homem em um servo das imagens invertidas pelas forças dessas determinações sociais, rompendo sua capacidade de vivamente compreender a tragédia que se abate em escala planetária. É como se a natureza fosse uma inimiga, sempre infensa aos desejos humanos.

A antropização do mundo natural e a transformação desse mundo no mundo humano, tolda a consciência humana para a mais clara realidade: de que é a natureza a fonte primordial de toda a riqueza. (MARX, 2012, p.23). Como exorta David Harvey, “o papel da renda e da valorização da natureza precisam ser trazidos de volta ao centro da análise” (2013, p.27). O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes e oferta homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções (HARVEY, 2013, p.526). Para conseguir isso e superar suas crises de subconsumo ou ausência de demanda efetiva, como afirmava Rosa de Luxemburgo, ‘a solução imperialista é a pilhagem organizada e contínua das sociedades pré-capitalistas e não capitalistas na busca de maiores mercados para desovar a produção de excedentes dos centros capitalistas’ (cit. por HARVEY, 2013, p. 28; FROLICH, 2019, p. 157). Mas há, hoje, um problema estrutural de superacumulação e ausência de demanda efetiva, ou seja, falta de capacidade de consumo das massas (HARVEY, 2013, p.28) o que contribuí, juntamente com a crise socioambiental crescente, para o barramento da lógica de crescimento econômico “infinito” por parte do capital.

Thomas Piketty concluiu, após profunda investigação nas planilhas de valores e acúmulo de renda nos centros capitalistas, que nestas últimas quatro décadas de neoliberalismo houve a consolidação de dois fenômenos: (i) concentração da maior parte da riqueza produzida em escala global na mão do 1% da população e (ii) o aprofundamento das desigualdades de renda e remunerações da força de trabalho pela sedimentação dos supersalários em prol dos executivos das empresas transnacionais. (2013, pp. 252 e 307).

A inversão dos valores pela força do modelo de produção capitalista é tamanha que, para atingir as metas de acúmulo de capitais, os altos executivos das corporações transnacionais intensificam as forças de produção, provocando tragédias socioambientais que, apesar dos efeitos lesantes, acabam sendo dissipadas, em muito pouco tempo após sua eclosão, da consciência coletiva através dos mecanismos de produção cultural engendrados pelo capitalismo, catástrofes como as da fabricante de agrotóxicos Union Carbide, em 1984, em Bhopal, na Índia, resultante na morte de milhares de pessoas (TYGEL, 2016), ou o derramamento de petróleo que aniquilou o Golfo do México em 2010, promovido pela British Petroleum, com mais de 278 mil toneladas despejadas no oceano por mais de 84 dias contínuos (MARQUES, 2016, p. 246) e no Brasil, mais recentemente, dois sucessivos aniquilamentos de duas relevantes bacias hidrográficas pelo rompimento de duas barragens da mineradora Vale, hoje tendo o banco Bradesco como acionista majoritário (ARAUJO, 2019), nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho, ocasionando a morte de mais de trezentas pessoas.

As recentes tragédias implementadas pelo desenvolvimento irrefreado da mineração em terras brasileiras exemplificam, e comprovam, a robustez dos conceitos marxianos inerentes à expansão das forças de produção capitalistas em busca do mais-valor de forma amplamente desabrida do ponto de vista social; a concentração de renda intrínseca a esse modo de produção e a ideologia dominante da capacidade “infinita” de expansão dessas forças produtivas, pois tais eventos puseram em destaque que: (i) a natureza, primordial fonte de valor no sistema autorregulador da vida planetária, impõe, sim, barreiras às ambições humanas, (ii) que o gestor-mor da empresa responsável por essa catástrofe (Fabio Schvartsman) angariava a obscena remuneração de mais de 1.600 milhão de reais por mês na presidência da corporação (ATTUCH, 2019), alcançando um lucro líquido de R\$ 26,8 bilhões apenas em 2018, (iii) fomentando recordes de produção minerária à custa do desmonte nos investimentos de segurança estrutural nas barragens e do aniquilamento de ecossistemas e vidas humanas (NASSIF, 2019).

Além da capacidade humana de metabolizar as forças naturais através do trabalho, o capitalismo vive de energia. Para tanto, destrói culturas pré-capitalistas, subverte a ordem democrática, centraliza e absolutiza o poder, e monta estruturas de produção culturais que docilizam, domesticam e controlam as massas humanas no escopo de naturalizar as consequências ambientais secretadas pelo sistema (MARCUSE, 1973), criando condições para que segmentos centrais na órbita política do capitalismo exortem o discurso de contínua negação sobre as tragédias derivadas das alterações climáticas, produto direto do capital, que em 2018, apesar de todas as advertências científicas possíveis e imagináveis, bateu novo recorde em termos de emissões de gases de efeito estufa na combatida atmosfera terrestre (ONU, 2019).

Para o ganho a curto prazo vale tudo, inclusive por em risco a própria existência. No documentário “Terra do Gás”, produzido e distribuído pela HBO (disponível na internet via youtube), o diretor Josh Fox (FOX, 2012) nos conta sobre os milhões de norte-americanos que alugaram seus quintais para que empresas petrolíferas extraíssem, através do fracionamento hidráulico (fracking) gás natural nas zonas de Xisto no interior do EUA. Como sempre, o dinheiro vinha fácil, de forma imediata, assim como as consequências mostradas no documentário: (i) gás metano brotando das torneiras das residências próximas aos poços de bombeamento hidráulico (ii) epidemia de cânceres e leucemia em frações significativas da população (iii) contaminação de todo o lençol freático por componentes químicos utilizados no processo de fracionamento do subsolo (iv) total abandono do Estado com relação às incontáveis vítimas dessa espécie de empreendimento.

Após a eclosão do modo de produção capitalista, onde tudo é mercadoria, em especial os recursos e bens naturais, como averba Luis Marques “nos últimos 500 anos os homens desencadearam uma onda de extinção, ameaça e declínio populacional de espécies compatível em taxa e magnitude às cindo extinções em massa precedentes na história da Terra” (2016, p. 371), agravada, agora, pela excepcional rapidez com que esse processo de aniquilação do sistema autorregulador de vida no

Planeta avança, não dando tempo necessário às espécies para tentarem se adaptar e sobreviver às mudanças ambientais, catastróficas, em curso (op. cit., p 377).

Mas, apesar de tudo, grande parte da população mundial, controlada pelos mecanismos culturais produzidos pelo capitalismo, continua mergulhada na anestesia da alienação, e pensa ter o direito à felicidade prometida pela lógica do consumo. Leandro Konder, recuperando a crítica fundamental, desenvolvida por Herbert Marcuse diante da sociedade de consumo, demarcou a necessidade de se pontuar:

“(…)O conformismo de pessoas que moram engavetadas em imensos caixotes chamados prédios de apartamentos, trabalham em atividades pouco ou nada prazerosas, possuem automóveis particulares novos com os quais enfrentam grandes engarrafamentos para ir a lugares parecidos aos locais onde moram ou trabalham. Essas pessoas que tem geladeiras e freezers abarrotados de alimentos congelados, veem os mesmos programas de televisão e leem os mesmos jornais e revistas (que dizem mais ou menos as mesmas coisas), orgulham-se do que têm ‘conquistado’ e empenham-se em convencer a si mesmas de que são ‘bem-sucedidas’ (2010, p.85).

Além dessas forças culturais imanentes ao modo de produção, existe a tendência biológica à negação. Lionel Tiger, antropólogo de renome, aduz que “há uma tendência dos seres humanos de ver conscientemente o que gostariam de ver. Temos literalmente dificuldades em ver coisas com conotações negativas”(DAWKINS, 2006, p. 248).

Com isso, “a relação dos homens com a natureza é excluída da história” (MARX, 2007, p. 43)

4 Tudo é planeta.

Todas as coisas que nos cercam e que consumimos são pedaços do planeta. De uma folha de papel a um automóvel, do lápis ao computador, do sapato ao avião tudo é recurso natural, e cada lote de mercadoria acumulado nas plantas industriais equivale a um grau maior de pressão sobre os ecossistemas e à intensificação do exaurimento dos meios naturais essenciais para a autorregulação de vida na Terra.

A história humana é até pequena em vista das grandes eras geológicas que foram necessárias para conformar o planeta à vida. Ao longo da jornada do homem na terra não se sabe, ao certo, em qual encruzilhada ele se perdeu definitivamente de seu elo com a natureza. Há fortes indicativos que a tragédia ambiental, provocada pela antropização do mundo, teve origem na sedentarização da espécie, após o desenvolvimento da agricultura, a consolidação da propriedade privada e o estabelecimento da “civilização” urbana. Se continuássemos a viver como caçadores-coletores, talvez o impacto no meio ambiente não fosse tão catastrófico (ALTVATER, 2018, p. 73; LEE, YOUNG, 2018, p. 257).

Hannah Arendt, ao refletir acerca da condição humana, expressiu estas impressões sobre a dúbia relação do homem com a natureza, considerando o sentimento reinante entre os homens quando do lançamento do primeiro satélite artificial nos idos de 1957:

“(…) Esse evento, que em importância ultrapassa todos os outros, até mesmo a fissão do átomo, teria sido saudado com incontida alegria, não fossem as incômodas circunstâncias militares e políticas que o acompanhavam. O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal, ou que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguerem os olhos da Terra para o céu, podiam observar lá uma coisa produzida por eles, não foi orgulho nem assombro ante a enormidade do poder e do domínio humanos. A reação imediata, expressa no calor da hora, foi de alívio ante ‘o primeiro passo para a fuga dos homens de sua prisão na Terra’”(2015, p. 60).

Esse “alívio” dos homens ante a possibilidade de fugir do planeta, ao invés de tentar salvá-lo, está também contido graficamente nos produtos oriundos da indústria cultural atrelada ao capitalismo como, por exemplo, em obras hollywoodianas como o filme *Interestelar*, de 2014, do diretor britânico Christopher Nolan, onde o enredo se desenvolve no esforço de fuga da Terra, visando a colonização de outro planeta, em uma galáxia distante, face ao aprofundamento dos efeitos deletérios das alterações climáticas que estariam a provocar o esgotamento da fertilidade do solo e conduzindo à insegurança alimentar extrema, aproximando da aniquilação toda a espécie humana. O mais aflitivo desse e de tantos outros filmes do gênero pós-apocalíptico, é que ao longo de mais de três horas de duração, nenhuma personagem indaga ou reflete sobre a questão fundamental, de como a “civilização” foi capaz de conduzir a humanidade, e todas as espécies, a uma condição tão sombria e terminal?

Desde os escritos religiosos até os literários (ASSIS, 2015) a humanidade se fiou no mito de que a natureza lhe foi dada pelos deuses como um presente, e por isso, toda sorte de submissão e saques seriam legitimados. Das arengas religiosas à crise catastrófica do meio ambiente nos dias de hoje decorreu apenas um átimo. Como observado por Achim Steiner “a arrogância da humanidade é que, de alguma forma, imaginamos que podemos sobreviver sem a biodiversidade, ou que ela é, de algum modo, periférica” (MARQUES, 2016, p. 377). Não há ilusões. Sem a biodiversidade não há como perenizar o sistema regulatório de vida no planeta, e, talvez, no altar de nossa arrogância, já tenhamos sacrificado todas as possibilidades de retroação dos efeitos catastróficos decorrentes das mudanças climáticas ao atravessarmos o ponto de não retorno (LOVELOCK, 2006).

O neoliberalismo selvagem, que alavancou as potencialidades dos homens em devassar a natureza “vicejou no vácuo deixado por duas crises: a crise do Estado de bem-estar social e a crise do socialismo real” (NETTO, 2012, p. 72), e com sua força, se estruturou no sequestro do poder decisório do Estado em prol do capital, aniquilando as utopias democráticas e causando, nas massas descartadas pela lógica de produção de excedentes, incomensurável descrença no regime político-representativo, efeitos sócio-políticos que acabam por exponenciar, principalmente diante da defunção das crenças na democracia, os efeitos deletérios da crise socioambiental.

Na contemporaneidade, todo o poder político foi transferido para as corporações multinacionais, ocupantes reais dos centros decisórios. Como já sublinhado, seus “CEOS”, executivos, gestores enfim, não são eleitos pelas massas populares, portanto, são destituídos de qualquer legitimidade política. Todavia, no mundo real, são os imperativos econômicos vinculados a tais corporações que predominam na emissão de todas as

decisões relevantes emanadas dos combalidos “Estados-nações”. Daí a falta de salvaguardas humanas diante do avanço descontrolado das forças de produção do capital. Daí as tragédias socioambientais reproduzidas em escala planetária.

O descarte da democracia pelo centro decisório do capitalismo, há muito foi detectado, na altura da primeira ascensão do fascismo como força política, por Antonio Gramsci, que repisou, vislumbrando a exclusão do acervo democrático das promessas do “progresso econômico”, que o auge dos apelos que envolvem a democracia como discurso do liberalismo para assegurar a civilização, já havia se esgotado:

“(…) Não no sentido de que se tenha perdido a fé na possibilidade de dominar racionalmente a natureza e o acaso, mas no sentido ‘democrático’, ou seja, de que os ‘portadores’ oficiais do progresso tornaram-se incapazes deste domínio, já que suscitaram forças destruidoras”. (LIGUORI, VOZA, 2017, p. 32).

O neoliberalismo selvagem, que campeia errante pelo mundo, se propaga e ganha força ideológica sustentado em alguns mitos – apego religioso às forças invisíveis do “mercado” – e alguns escopos determinados por àquela fantasmagoria: (i) a despolitização, e, por consequência, a demonização do sistema político (ii) o descarte da democracia, com consequente sequestro do poder político pelos imperativos corporativos e financeiros (iii) e a destruição do estado de bem-estar-social, implicando na desregulamentação das atividades empresariais e livre caminho para o sistema da acumulação (NETTO, 2012, p. 91; VAROUFAKIS, 2016, p 297; BLYTH, 2017, p 342).

A consecução de tal lógica, agregada aos efeitos destrutivos intrínsecos ao capital, é que nos conduz à condição de colapso socioambiental em curso. Para se tentar refrear as consequências terminais da crise ambiental como um todo, além da produção de consciência necessária à superação do capitalismo, seria imprescindível uma mobilização de massas que buscasse radicalizar o sistema democrático, ancorado no retorno à pauta discursiva dos mecanismos de redistribuição da renda e igualdade substancial, retirando das corporações e sistema financeiro o poder quase que absoluto na tomada das decisões mais importantes na atualidade, minorar e corrigir as agressões aos ecossistemas fundamentais, com radical transição para investimento em pesquisa e produção de energias limpas, revisão do conceito de “progresso econômico” e recuperação, efetiva, e em grande escala, dos resíduos sólidos, tudo combinado com a socialização das fontes de água e demais bens ambientais e implementação, urgente, de um sistema de decrescimento econômico administrado (MARQUES, 2016, p 664).

Sem a tomada dessa consciência, a civilização, tal qual a conhecemos, está posta em risco. O homem é um ser histórico, na concepção marxiana de que nossa história enquanto espécie se faz pela superposição das experiências e da força de trabalho e modos de subsistência material e cultural que nos foi legada pelas gerações passadas (MARX, 2007, p. 53) Esse conceito filosófico universalizante da condição humana e do ser social é estreitamente coincidente com os ideais de solidariedade intergeracional que alimenta as concepções do direito socioambiental, inclusive com o ônus maior da presente geração, em transmitir às gerações futuras condições mínimas e sustentáveis de vida. No

momento, estamos falhando clamorosamente nessa missão primordial, e, o que é pior, sem maiores repulsas no tocante a esse erro histórico.

Estamos, como sustentado até aqui, envolvidos pelo fetiche do capitalismo, anestesiados pela força imensa desse modo descontrolado de produção e acumulação de excedentes. E tudo porque, como advertiram Marx e Engels, “(...) a sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, *é como um bruxo que já não controla os poderes do outro mundo*”. (1998, p.17).

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. Crítica da economia política na praia de plástico e o fetiche do capital no antropoceno. Rev. Margem esquerda n.31. Boitempo. SP. 2018.
- ARAÚJO, André. <https://jornalggn.com.br/economia/vale-eletropaulo-oi-a-privatizacao-tambem-fracassa-por-andre-araujo-2/>, 2019
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Forense editora. SP. 12ª ed., p. 60, 2015.
- ATTUCH, Leonardo. [https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/382026/Presidente-da-Vale-ganha-R\\$-16-milh%C3%A3o-por-m%C3%AAs-e-avalia-a-vida-dos-mortos-pela-empresa-em-R\\$-100-mil.htm](https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/382026/Presidente-da-Vale-ganha-R$-16-milh%C3%A3o-por-m%C3%AAs-e-avalia-a-vida-dos-mortos-pela-empresa-em-R$-100-mil.htm). 2019.
- ASSIS, Machado. Memórias póstumas de Brás Cubas. SP. Nova Fronteira. 2015.
- BEAULANDE, Guillaume. Paraguai, o país do ouro azul. SP. Jornal Le Monde Diplomatique
- BRASIL, Ambiente. 140 Baleias Foram Encontradas Mortas na Zona Sul da Nova Zelândia, 27.11.2018 Fonte ambiente Brasil , acesso <http://www.ambientebrasil.com.br/> 2018.
- BLITH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. Autonomia Literária. SP. P.342. 2017.
- DAWKINS, Richard. “**Deus, um delírio**”. Companhia das Letras, SP 2006.
- FOSTER, John Bellamy. Marx e a exploração da natureza. Jornal Le Monde Diplomatique Brasil, p. 30/31, julho 2018.
- FROLICH, Paul. Rosa Luxemburgo: Pensamento e Ação. SP. Boitempo. 2019.
- HARVEY, David. **Os limites do Capital**. SP. Boitempo, 2013.
- LEE, Sang e YOON, Shin Young. No seas Neandertal y otras historias sobre la evolución humana. Ed. Debate. Barcelona. ESP. P. 257, 2018.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. Dicionário Gramsciano. Ed. Boitempo. SP, 2017.
- LOVELOCK, James. “A vingança de Gaia”. Ed. Intrínseca, RJ 2006.
- FOX, Josh. A terra do gás. Documentário. HBO. 2012.
- KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. SP. Boitempo, 2014

- MARCUSE, Herbert. Razão e revolução. RJ. Ed. Saga, 1969.
- MARCUSE, Herbert. Eros & Civilização. RJ. Guanabara/Koogan, 8ª ed., 1973.
- MARQUES, Luis. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. SP, Unicamp, 2ª ed. 2016
- MARX, KARL. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. RJ. Paz e Terra. 11ª ed. 1998.
- MARX, KARL. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. SP. Boitempo. 2007.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. SP. Boitempo 2ª ed., 2017.
- MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. SP. Boitempo. 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. SP. Boitempo, 2004.
- MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. SP. Boitempo. 2016.
- NASSIF, LUIZ. Outro olhar sobre o crime de Brumadinho: autópsia dos riscos potencializados pela Vale contra o meio ambiente e vidas humanas. Jornal GGN, 11.04.2019.
- NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal. SP. Cortez Editora, 5ª ed., 2012.
- NOGUEIRA, Kiko. “A Maior derrota dos jogos do Rio”, 03.08.2016, jornal digital DCM. 2016.
- ONU, OMM-Organização Meteorológica Mundial. Níveis de gases causadores do efeito estufa na atmosfera atingem novo recorde. Acessível: <https://nacoesunidas.org/niveis-de-gases-causadores-do-efeito-estufa-na-atmosfera-atingem-novo-recorde/> acesso em 5.4.2019
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. RJ: Ed. Intrínseca, 2013
- SANTOS, Maureen. Atlas do Agronegócio. Ed. Fundações Heinrich Boll e Rosa Luxemburgo. SP. 2018.
- TYGEL, Alan. Bhopal, a tragédia que ainda está acontecendo. Em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/30/bhopal-a-tragedia-que-ainda-esta-acontecendo/> Acessado em 5.4.2019. 2018.
- VAROUFAKIS, Yanis. O Minotauro global. Autonomia Literária. SP, p. 297, 2016.
- WALDMAN, Mauricio. “Lixo: cenários e desafios”. SP. Cortez editora, p. 115, 2011.
- ZIZEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Boitempo, SP, 2009.